

# **PERFIL DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE: o que revelam os dados do INEP**

**Rosângela Maria Silva\***

## **RESUMO**

Buscando traçar o perfil dos docentes do Rio Grande do Norte, este estudo analisa os dados de formação dos professores do corpo docente do estado, no período de 2010 a 2020. Nessa perspectiva, buscou-se os dados de docentes apresentados a partir do Educacenso e publicados pela INEP nas sinopses estatísticas, no período pesquisado, bem como os indicadores de percentual de docente por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona (2013 a 2020) e de funções docentes com curso superior (2011 a 2020). Esses dados serão analisados e cotejados com as políticas nacionais e estaduais e com a literatura para construção de hipóteses para as variações observadas. Após análise dos dados mensurados pelo INEP no tocante ao total de docentes com curso superior no RN, conclui-se que ainda há um caminho a ser percorrido, tendo em vista que existe um número significativo de professores no estado, tanto do ensino fundamental quanto do médio, que se encontra fora do grupo de docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Palavras-chave: Perfil do professor, dados estatísticos, formação docente, políticas públicas.

## **1. INTRODUÇÃO**

O Ensino Normal no Brasil teve início em 1830 com a criação da primeira escola, em Niterói. Tal escola era pública e foi a primeira a ser criada no continente americano. Com a Proclamação da República essas instituições de ensino experimentaram um rápido crescimento. Assim sendo, em 1949, já havia 540 espalhadas por todo o território nacional. O Decreto-lei nº 8.530, de 1946, estabeleceu as finalidades dessa modalidade de ensino, quais sejam: a) prover à formação do pessoal docente necessária às escolas primárias; b) habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas e c) desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (ROMANELLI, 2000).

Porém, essa lei incorria nos mesmos erros das Leis Orgânicas anteriores, no tocante a avaliação e à flexibilidade. Havia um processo exagerado de provas e exames e uma falta de articulação com os demais ramos de ensino. Além de impedir o ingresso nessa modalidade de ensino de pessoas maiores de 25 anos, através de seu art. 21. E naquela época, era de

---

\*Professora e Coordenadora Estadual do Censo Escolar da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer - Rio Grande do Norte. Especialista em Tecnologia em Educação. PUC Rio de Janeiro.  
E-mail: [rosangelams.cern@rn.gov.br](mailto:rosangelams.cern@rn.gov.br) / [angel.ib@hotmail.com](mailto:angel.ib@hotmail.com)

conhecimento das autoridades que existia uma demanda de professores exercendo o magistério sem qualificação e precisava fazer o referido curso, mas estava fora desta faixa etária. Ademais, a falta de flexibilidade quanto ao ensino superior, limitava o ingresso dos estudantes normalistas apenas a alguns cursos da faculdade de filosofia. (ROMANELLI, 2000).

Assim, poucos avanços ocorreram nesse período. No entanto, segundo Silva (2007), foi nos anos de 1990 que ocorreram profundas mudanças políticas, econômicas e sociais nos âmbitos nacional e internacional e essas transformações trouxeram novos desafios para a sociedade em geral e para a educação, em particular, exigindo ampla reforma para atender as novas demandas sociais e do mundo do trabalho. Nesse contexto, a formação de professores desponta como condição de renovação e elevação da qualidade da educação.

Mas, com a expansão dos cursos ofertados para atender a demanda gerada pelo crescimento dos sistemas de ensino, que ocorria, de certo modo, em um curto espaço de tempo e sem o devido planejamento em todas as esferas administrativas, crescia a deficiência de professores aptos ao exercício do magistério. Tal fato era agravado com a debandada de uma geração de jovens de classe média, já estudantes de escolas particulares com um determinado nível de ensino garantido, para outras profissões. O que ocorria pela corrente de emancipação feminina e por melhores remunerações. Assim, as antigas escolas normais e grande parte das vagas de cursos superiores destinados à docência passavam a ser ocupadas por uma clientela oriunda da escola pública de baixa qualidade (RAPOSO, 2006).

Desse modo, à medida que a pressão por educação formal cresce no Brasil, cresce também a necessidade de professores em todas as redes e em uma grande diversidade (RAPOSO, 2006). Esse fato pode ser acompanhado através dos dados coletados pelo censo escolar, ano a ano, desde 1932. Vale salientar que, apesar da coleta ter iniciado neste ano, seus dados só foram publicados em 1939 numa publicação denominada “Ensino Brasil” (INEP, 2018). “Com a evolução dos trabalhos estatísticos, essa publicação passou a se chamar Sinopse Estatística” (LIMA e SOUSA, 2014).

Atualmente, essas sinopses podem ser acessadas no portal do Inep/dados abertos com informações educacionais referentes aos anos 1995 a 2020. Nessas publicações, entre os dados de quantidade de estabelecimentos educacionais e de matrículas de todas as modalidades de ensino da educação básica e profissional, encontra-se também o número de docentes por dependência administrativa, por modalidade de ensino, sexo e Faixa etária e nível de Formação. E são sobre esses dados que iremos discutir nesta pesquisa.

A partir de 2006, o INEP, tentando proporcionar uma melhor compreensão demográfica da educação brasileira e subsidiar as políticas públicas educacionais, passou a tratar diferente os dados que já eram coletados desde 1932, criou e começou a publicar os indicadores educacionais iniciando com o Indicador de distorção idade-série. Em 2011 Publicou o primeiro indicador com informações de professores, o Indicador de Percentual de Docentes com Curso Superior. Tudo isso, visando a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola, nas três esferas administrativas. E outros indicadores educacionais foram sendo criados, destacam-se neste estudo, os indicadores ‘percentual de funções docentes com curso superior’ e ‘adequação da formação docente’ que, segundo as orientações legais, classifica os docentes em exercício na Educação Básica, considerando sua formação acadêmica e a(s) disciplina(s) que leciona (BRASIL, 2014).

Esses indicadores são instrumentos estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira – INEP. Eles são elaborados a partir de dados coletados pelo Censo Escolar da Educação Básica, pesquisa realizada anualmente pelo INEP em parceria com os estados, municípios e escolas. Os indicadores podem ser utilizados como suporte na compreensão da evolução da formação docente como também da qualidade da educação ofertada por redes e instituições de ensino em todo o País. Esses dados classificam o docente segundo sua escolarização e adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica, de acordo com as normatizações legais (BRASIL, 2014).

O indicador ‘percentual de funções docentes com curso superior’ calcula o percentual de funções docentes com curso superior na educação infantil (creche e pré-escola), no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação especial, por localização e dependência administrativa.

Já o indicador de adequação docente classifica o docente segundo a adequação de sua formação à disciplina que leciona, seguindo os seguintes requisitos: a) a tabela apresenta o percentual de docências na respectiva unidade de agregação classificada em cada uma das categorias do indicador; b) o docente é contabilizado em cada turma e disciplina que leciona e c) categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona. Para a classificação foram elaborados os grupos a seguir: (i) grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; (ii) grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; (iii) grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; (iv) grupo 4 - Docente

com formação superior não considerada nas categorias anteriores e, por fim, (v) grupo 5 - Docentes sem formação superior.

Diante das necessidades de professores formados para atender as demandas em todo o estado o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) juntamente com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE aprovaram as “Diretrizes para uma Política de Interiorização da UFRN” através da Resolução 060/94, de 17 de maio de 1994. Tal aprovação assegurou legalmente a atuação da UFRN no interior, em uma ação conjunta e articulada com o poder público estadual e municipal e Departamentos Acadêmicos do Campus central. Em tal Resolução, precisamente no artigo 1º e Inciso 3º, fica evidente a priorização de uma oferta voltada para o atendimento das séries iniciais do Ensino Fundamental, por meio do incentivo do curso de Pedagogia no interior (TAVARES e FRANÇA., 2006).

Nesse sentido, considerando a existência de um elevado número de professores em atividades docentes, sem a qualificação de nível superior e, em consonância com a prática de formação desenvolvida em âmbito federal, como a maioria dos estados brasileiros, o RN aliado a oportunidade proporcionada pela UFRN, ao criar o PROBÁSICA, ampliou a utilização dos recursos financeiros para a formação dos professores de sua rede (UFRN, 1997).

No entanto, percebia-se que a necessidade não era apenas de pedagogos. Havia uma carência de professores de outras áreas. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram editados decretos, leis e pareceres que orientam as políticas educacionais, em especial a formação de professores. O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto nos artigos 13 e 19 do Regimento e no Parecer nº 4/97, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto em 16/6/97, publica a Resolução nº 02 que em seu Art. 1º reza que a formação de docentes no nível superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio, será feita em cursos regulares de licenciatura, em cursos regulares para portadores de diplomas de educação superior e, bem assim, em programas especiais de formação pedagógica estabelecidos por esta Resolução (CNE, 1997).

Logo depois, em 1999 a UFRN, por meio do ‘Programa de Qualificação Profissional para a Educação Básica’ (PROBÁSICA), passou a ofertar também os cursos presenciais de licenciatura para os professores em serviço, da rede pública, em áreas específicas como: Letras, Matemática e Ciências Biológicas. Tudo em parceria com o Estado e cerca de 90

(noventa) Municípios, cumprindo as diretrizes estabelecidas para sua política de interiorização (UFRN, 2004).

Portanto, com o objetivo de traçar o perfil dos docentes das redes de ensino do Rio Grande do Norte, este estudo se propôs a analisar uns aspectos e os dados de formação dos professores do corpo docente do Rio Grande do Norte, no período de 2010 a 2020. Nessa perspectiva, buscou-se os dados de docente publicados nas sinopses, no período de 2010 a 2020, bem como os indicadores de percentual de docente por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona (2013 a 2020) e o de funções docentes com curso superior (2011 a 2020). Esses dados serão analisados e cotejados com as políticas nacionais e estaduais e com a literatura para construção de hipóteses para as variações observadas.

Os dados mensurados pelo INEP, no tocante ao total de docentes com curso superior no RN, dentro do recorte 2010 a 2020, apontam os seguintes valores percentuais: em 2010 havia um percentual de 61,8 %, enquanto em 2020 chegou-se a casa dos 92,1% no total do Estado e 96 % na rede estadual de ensino. Já o indicador de adequação docente', aponta que houve um crescimento no período entre 2013 e 2020 de 58,4% para 85,9% na formação dos docentes do RN que atuam no ensino fundamental e de 56,4% para 86,1% no ensino médio. Porém, ainda há um caminho a ser percorrido, tendo em vista que existe um número significativo de professores no estado, tanto do ensino fundamental quanto do médio, que se encontra fora do grupo de docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

O indicador 'percentual de funções docentes com curso superior', aponta que houve de fato uma elevação significativa no índice de professores com curso superior, sendo esse crescimento mais acentuado no ensino fundamental. Em 2011 o RN tinha 77 % das funções docentes no Ensino Fundamental com curso superior, em 2020 essa porcentagem passa para 93,3%. Já no Ensino Médio da rede estadual a diferença foi bem menor e passou de 91,6% em 2011 para 98,5% em 2020.

Nesse sentido, com a perspectiva de apresentar esta pesquisa, o artigo inicia com introdução, na segunda parte, apresenta-se um breve histórico da trajetória da formação de professores no Brasil, legislação, diretrizes e políticas educacionais direcionadas a formação docente, trazendo o enfoque para o Rio Grande do Norte. Em seguida, são apresentados os dados coletados a partir de análise das informações educacionais publicadas nas sinopses estatísticas e nos indicadores relacionados ao percentual e a adequação docente, referentes as redes de ensino do Estado e, por fim, as conclusões.

## **2. A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL**

Para ter uma visão panorâmica na formação docente em nosso país, a pesquisa firma-se em autores como Gatti e Barretto (2009); França e Tavares (2006); Saviani (2009), Freitas (2002), Gomes et al., (2019), pois estes trazem e discutem o tema em estudo com clareza e objetividade. Apoia-se também em Leis e Decretos promulgados e publicados a níveis estaduais e nacional.

### **2.1. Formação Docente e sua Legislação**

Logo após a independência, intensificou-se a discussão sobre o preparo do professor no Brasil e, a partir daí, tal contenda esteve sempre presente nos debates sobre formação docente. Para Saviani (2009) ao analisar as questões pedagógicas associando-as aos processos de transformação na sociedade brasileira nos dois últimos séculos, pode-se notabilizar, na trajetória da formação de professores deste país, seis períodos:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890) – esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obriga os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às suas próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932), cujo marco inicial foi a reforma paulista da escola normal, tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das escolas normais (1939-1971).
5. Substituição da escola normal pela habilitação específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos institutos superiores de educação, escolas normais superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia (1996-2006).

Visando entender melhor esses períodos, apresenta-se a seguir cada um deles de forma concisa.

O primeiro período, '*Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)*', iniciou com a promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, em 15 de outubro de 1827. A referida lei determina que o ensino nas capitais das Províncias seja desenvolvido pelo método mútuo e, em seu art. 4º estipula que os professores deverão ser treinados para trabalhar com esse método, às próprias custas. Isso porque, até então, o governo não investia

na formação de professores, uma vez que a educação era privilégio de poucos, ou seja, era destinada para a elite.

Somente após a publicação do Ato Adicional de 1834 a instrução primária passou a ser de responsabilidade das Províncias. A partir daí elas tinham que criar Escolas Normais para formação de professores nos moldes dos países europeus. Segundo Romanelli (2000, p. 163), a Província do Rio de Janeiro saiu à frente criando a primeira Escola Normal do Brasil já em 1835. Logo em seguida, outras Províncias seguiram o mesmo caminho e, na ordem de criação vieram a Escola Normal da Bahia (1836); Mato Grosso (1842); São Paulo (1846); Piauí (1864); Rio Grande do Sul (1869); Paraná e Sergipe (1870); Espírito Santo e Rio Grande do Norte (1873); Paraíba (1879); Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina (1880); Goiás (1884); Ceará (1885) e Maranhão (1890). Essas unidades de ensino tinham uma existência intermitente, pois elas eram abertas e fechadas periodicamente (SAVIANI, 2009, p.144).

As Escolas Normais foram criadas com o objetivo de preparar professores para as escolas primárias, tendo como base as coordenadas pedagógico-didáticas. Porém, contrariando as expectativas, o que predominou nelas foi a preocupação com o domínio dos conteúdos a serem repassados às crianças, nas escolas de primeiras letras, desconsiderando assim, o preparo didático-pedagógico (SAVIANI, 2019, p. 144).

O segundo período, *‘Estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932)’*, teve como marco inicial a reforma paulista da escola normal, tendo como anexo a escola-modelo. A reforma da instrução pública do estado de São Paulo (1890) foi determinante para o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais. Saviani (2009) destaca que, segundo os reformadores, “sem professores bem-preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz” (SÃO PAULO, 1890, apud SAVIANI, 2009, p. 145).

Doravante a escola normal foi reformada. Tal reforma teve duas importantes marcas: o enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e a ênfase nos exercícios de ensino. Esta última trazendo a principal inovação da reforma, a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal. A partir daí, passou-se a compreender que se fazia necessária uma organização curricular que tivesse como objetivo o preparo dos novos professores nos exercícios práticos. O novo padrão de escola não demorou a se estabelecer, estender-se para outras cidades do interior do estado de São Paulo e expandir-se por todo país.

Nesse sentido, Gatti e Barretto (2009) reiteram que somente no final do século XIX a formação de professores em cursos específicos com Escolas Normais destinadas à formação

de docentes para as “primeiras letras”, foi inaugurada no Brasil. “Essas escolas correspondiam ao nível secundário de então. Devemos lembrar que, nesse período, e ainda por décadas, a oferta de escolarização era bem escassa no país, destinada a bem poucos” (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 37).

O terceiro período, ‘*Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)*,’ teve como marcos as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933. As principais iniciativas desse período foram a fundação do Instituto de Educação do Distrito Federal o qual foi concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e do Instituto de Educação de São Paulo, em 1933, instituído por Fernando de Azevedo. Os dois inspirados no ideário da Escola Nova (SAVIANI, 2009, p. 145).

Anísio Teixeira, através do Decreto nº 3.810 de 19 de março de 1931, empenhou-se em remodelar as escolas normais, abrangendo a cultura geral e profissional.

Para esse fim, transformou a Escola Normal em Escola de Professores, cujo currículo incluía, já no primeiro ano, as seguintes disciplinas: 1) biologia educacional; 2) sociologia educacional; 3) psicologia educacional; 4) história da educação; 5) introdução ao ensino, contemplando três aspectos: a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação. como suporte ao caráter prático do processo formativo, a escola de professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a) jardim de infância, escola primária e escola secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b) instituto de pesquisas educacionais; c) biblioteca central de educação; d) bibliotecas escolares; e) filмотeca; f) museus escolares; g) radiodifusão (SAVIANI, 2009, p.145).

Desse modo, os institutos de educação se adequaram as exigências da pedagogia, esta, por sua vez, vislumbrava se afixar como conhecimento de caráter científico. Assim, acreditava-se numa marcha em busca da consolidação de um modelo pedagógico-didático de formação docente, que viesse a retificar as ineficiências e distorções existentes nas escolas normais tradicionais.

Chega-se ao quarto período, “*Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das escolas normais (1939-1971)*’. Neste intervalo a marca mais relevante foi a elevação dos institutos de São Paulo e do Distrito Federal ao nível universitário. O paulista foi integrado à Universidade de São Paulo, fundada em 1934; o carioca foi absorvido pela Universidade do Distrito Federal, instituída em 1935. Ambas se tornaram base de estudos superiores de educação.

Mas, foi a partir da publicação do Decreto 1.190, em 4 de abril de 1939, que surgiram os cursos de formação de professores para as escolas secundárias. Isso se deu com a organização definitiva da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Nestes

moldes, a instituição passou a ser referência nacional e o modelo “esquema 3+1” se expandiu para todo o país nos cursos superiores de Licenciatura e de Pedagogia.

Os primeiros formavam os professores para ministrar as várias disciplinas que compunham os currículos das escolas secundárias; os segundos formavam os professores para exercer a docência nas Escolas Normais. Em ambos os casos vigorava o mesmo esquema: três anos para o estudo das disciplinas específicas, vale dizer, os conteúdos cognitivos ou “os cursos de matérias”, na expressão de Anísio Teixeira, e um ano para a formação didática (SAVIANI, 2009, p. 146).

No quinto período, ‘*Substituição da escola normal pela habilitação específica de Magistério (1971-1996)*’, a principal característica foi a substituição da escola normal pela habilitação específica de Magistério, por exigências do golpe militar de 1964. Tais imposições desencadearam uma adequação no campo curricular mediante alteração na legislação de ensino. As alterações definidas pela Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971) foram desde as substituições da nomenclatura dos ensinos primários e médio para 1º e 2º graus ao desaparecimento das Escolas Normais. Nesse novo formato foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de primeiro grau.

Com o Parecer nº 349/72 (Brasil, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, outras mudanças foram colocadas em prática e a habilitação do magistério foi organizado em duas modalidades básicas: uma, com a duração de três anos (2.200 horas), habilitaria professor a lecionar até à 4ª série; outra, com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitaria ao magistério até a 6ª série do 1º grau.

Dessa forma,

O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante (SAVIANI, 2009, p. 147).

É neste período também, especificamente na década de 80, que ocorre a ruptura com o pensamento tecnicista, predominante até então. E no contexto da formação, os educadores criaram e apontaram concepções avançadas a respeito da formação do professor, destacando o caráter sócio-histórico e, dessa formação, viram a necessidade de um profissional de amplos atributos, com um vasto desenvolvimento da consciência crítica capaz de lhe permitir transformar a escola, a educação e a sociedade na qual está inserido. (FREITAS, 2002, p. 139)

No sexto e último período, ‘*Advento dos institutos superiores de educação, escolas normais superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia (1996-2006)*’, surge o entendimento que, com o fim do regime militar e a promulgação em 20 de dezembro de 1996

da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/96, os problemas com a formação de professores chegaria ao final. No entanto, isso não aconteceu, pois, a LDB não correspondeu com as expectativas, uma vez que adotou os institutos de nível superior de segunda classe como opção aos cursos de Licenciatura e pedagogia. Assim sendo, ter-se-ia uma formação mais rápida e de menor custo (SAVIANI, 2009, p. 148).

## **2.2. Diretrizes Curriculares e Políticas Nacionais para a Formação Docente**

Em 2002, com foco no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos docentes, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica. A qual reafirmou a importância da cultura geral e profissional, conhecimento pedagógico e conhecimento advindo da experiência, em seu Artigo 6º (BRASIL. CNE, 2002).

As Diretrizes, em seu (Art. 12), orientaram que a “prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação”, em qualquer que seja a especialidade. Evidenciam ainda em seu (Art. 14) “a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados”. Elas também determinam os seis eixos articuladores para a construção da matriz curricular dos cursos de licenciaturas, a saber: 1) os diferentes âmbitos de conhecimento profissional; 2) o da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional; 3) o da relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; 4) o da formação comum com a formação específica; 5) o dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa; 6) o das dimensões teóricas e práticas.

Para Gatti e Barreto (2009) essa Resolução é considerada o guia básico para os cursos de formação docente, ao ponto que as demais diretrizes curriculares específicas de áreas terem que segui-la como referência. No entanto, percebe-se que mesmo os projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores, ao seguirem essa referência, nem sempre ocorre assim na concretização, na prática. O que se vê nos cursos de licenciatura são disciplinas fragmentadas em horas-aulas e pouquíssima integração com as disciplinas pedagógicas.

O Conselho Nacional de Educação tem se mostrado determinado, nos relatórios que subsidiam suas resoluções curriculares, ao apontar, como elementos norteadores das novas propostas pedagógicas, os princípios éticos (da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum), os princípios políticos (dos direitos e deveres de

cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática), os princípios estéticos (da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais) (MELO, 1999, p. 56).

De acordo com o CNE, as propostas pedagógicas construídas a partir das modificações curriculares, precisam vivificar a identidade do estudante, do professor e de todos os profissionais que atuam na escola como instrumento na construção da identidade da própria instituição de ensino.

Para Melo (1999)

[...] abre-se mais uma exigência nos programas de formação: tratar as questões pertinentes à organização curricular na perspectiva de considerar o professor como sujeito do seu próprio processo de formação e como construtor do projeto político pedagógico da escola, capaz de intervir, em conjunto com outros atores, na implementação dessas diretrizes curriculares. O contrário é tratá-lo como mero executor de políticas governamentais (MELO, 2009, p.1999).

Nesse sentido, algumas políticas públicas direcionadas para a formação de docentes foram disseminadas por todo o país. Duas delas foram aderidas pelos estados e municípios do RN. O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Programa de Qualificação Profissional para a Educação Básica (PROBÁSICA).

O PARFOR é um programa de iniciativa da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação (MEC). Ele tem como principais objetivos proporcionar e elevar a oferta de licenciaturas gratuitas e de qualidade aos profissionais da educação que estão em exercício docente na educação básica da rede pública de ensino sem a devida qualificação que se dá em parceria com os estados, municípios e instituições de ensino superior, desde 2009.

O Probásica, programa criado especificamente para graduar os professores que estavam em sala de aula, teve a adesão de vários municípios e do Estado que, em parceria com a UFRN e na UERN formaram muitos professores das redes municipais e estadual de ensino do RN.

O PROBÁSICA tem como uma de suas metas formar professores, em pleno exercício, para o magistério do ensino fundamental e do ensino médio, conforme Resolução nº 014 de 2 de fevereiro de 1999, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Com esse programa, a UFRN, ao criar o PROBÁSICA, passou a oferecer cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, desde 1997, em convênio com Prefeituras e o governo do Estado, em cumprimento às diretrizes estabelecidas para a sua política de interiorização. (TAVARES e FRANÇA., 2006, p. 122)

Seguramente, tudo contribuiu e fomentou o crescimento do índice de professores com formação a nível superior no estado do RN.

### 3. INDICADORES DE FORMAÇÃO DOCENTE NO RIO GRANDE DO NORTE

O corpo docente do Rio Grande do Norte tomou uma nova configuração nos últimos dez anos. Isso pode ser percebido ao consultar o volume de dados educacionais coletados através do Censo Escolar, pelo Sistema Educacenso, disponíveis no portal do INEP. Considerando um recorte histórico que compreende o período de 2010 a 2020, vê-se uma queda no número de docentes na rede pública estadual e municipais de ensino no RN. É uma queda gradativa e contínua, conforme dados apresentados em tabelas e gráficos na continuidade deste artigo.

#### 3.1. Docentes da Educação Básica por Dependência Administrativa, segundo Ano. Rio Grande do Norte - 2010 a 2020

Examinando-se os dados da tabela 01, assegura-se uma redução no número de professores na rede pública estadual e municipais. Porém, numa segunda comparação, em números absolutos, pode-se confirmar que a rede estadual é a rede que apresenta a maior queda no número de docentes, com a diminuição de 2.590 professores.

**Tabela 01 – Número de Docentes da Educação Básica por Dependência Administrativa, segundo Ano. Rio Grande do Norte - 2010 a 2020**

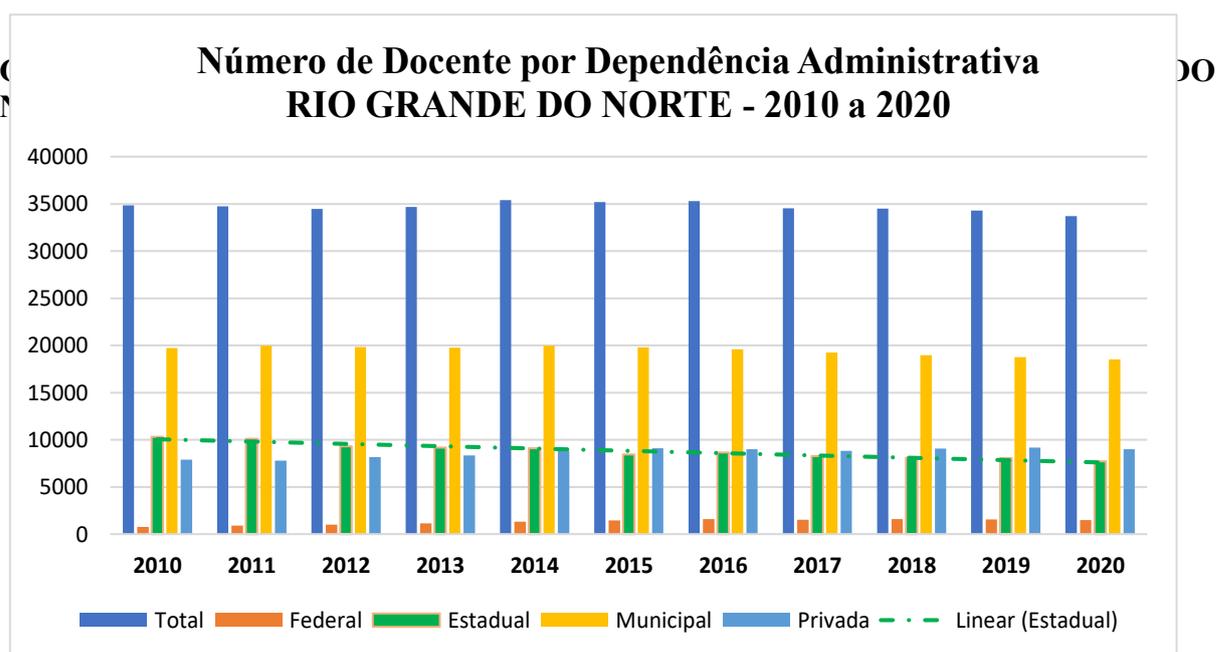
ANO	DOCENTES				
	TOTAL	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2010	34851	765	10297	19708	7894
2011	34730	897	10094	19950	7799
2012	34471	1021	9325	19829	8152
2013	34686	1134	9182	19756	8341
2014	35399	1313	9101	19953	8818
2015	35187	1467	8440	19803	9091
2016	35305	1589	8644	19597	8991
2017	34538	1515	8264	19250	8829
2018	34506	1608	8088	18967	9054
2019	34293	1546	8063	18748	9157
2020	33695	1507	7707	18524	9000

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP.

Em valores relativos, verifica-se que em 2010, o número de docentes da rede estadual do RN correspondia a 29,54% do total de docentes do estado que é de 34.851 professores. Enquanto em 2020 essa proporção diminuiu para 22,87%. Dessa forma, certifica-se que a rede estadual teve a maior redução de docente no período de 2010 a 2020.

No entanto, apurando-se os dados da tabela 1, nota-se que, enquanto o número de docentes da rede pública estadual e das redes municipais decrescem, há um crescimento tímido na rede privada e um aumento bem acentuado no número de professores da rede federal.

Fazendo os cálculos em percentual, de acordo com os dados do INEP, no período de 2010 a 2020, constata-se uma diminuição de 3,31%, no total de docentes do estado; sendo 6% na rede municipal e a maior queda de 25,15% na estadual. Nas redes, privada e federal, o número de professores de seus quadros, nesse período, aumentou em 14,01% e 96,99%, respectivamente. A rede federal praticamente dobrou a quantidade de seus docentes. O que é justificado com o aumento de Institutos Federais no RN, passando de 15(2010) para 23(2020).



Fonte: Elaborado pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

O gráfico 01 descreve melhor essas variações de crescimento e diminuição do número de docente no estado. Nele você pode conferir que a redução de 25,15% na quantidade de professores da rede estadual de ensino do RN é uma tendência de decréscimo gradativo, conforme linha linear. Constatando-se apenas uma alteração na tendência de queda entre os anos de 2015 e 2016 que apresentou um leve crescimento de 204 professores na rede estadual de ensino.

### 3.2. Docentes da Educação Básica por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2010 a 2020

Todavia, enquanto diminui a quantidade de docentes nas redes públicas estadual e municipais em todo o estado, cresce o índice de professores com nível de escolarização em curso superior licenciatura, especialização, mestrado e doutorado. Nesse sentido, ao cotejar os dados da tabela 02, obtém-se os seguintes índices de crescimento: em licenciatura, 23,04%; especialização, 150,39%; mestrado, 259,70% e doutorado com um crescimento 424,75%. Porém, ainda se constata 99 docentes no estado do RN tendo cursado apenas o ensino fundamental. Além disso, no recorte que compõe esta pesquisa (2010 a 2020) houve uma redução na quantidade de professores que têm apenas o ensino médio como formação num percentual de 65,95%.

**Tabela 02 - Número de Docentes da Educação Básica por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2010 a 2020.**

ANO	DOCENTES							
	TOTAL	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação		Pós-Graduação		
				Com Licenc.	Sem Licenc.	Especialização	Mestrado	Doutorado
2010	<b>34851</b>	280	12383	21548	640	5318	618	101
2011	<b>34730</b>	185	10958	22822	765	6683	696	102
2012	<b>34471</b>	139	9821	23621	890	7587	768	121
2013	<b>34686</b>	136	9296	24257	997	8132	903	134
2014	<b>35399</b>	94	8783	25327	1195	8813	996	150
2015	<b>35187</b>	116	8815	24951	1305	9199	1145	180
2016	<b>35305</b>	114	8520	25343	1328	9917	1365	220
2017	<b>34538</b>	81	7855	25378	1224	10232	1589	344
2018	<b>34506</b>	90	7595	25216	1605	10802	1803	458
2019	<b>34293</b>	94	4611	26034	3554	12270	2012	467
2020	<b>33695</b>	99	4216	26513	2867	13316	2223	530

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

De acordo com análise de informações educacionais constantes nas sinopses estatísticas 2010 e 2020, pode-se levantar algumas hipóteses que, em um estudo mais aprofundado, venham a justificar a redução de professores na Rede Estadual, bem como em sua totalidade do Estado do Rio Grande do Norte.

A primeira hipótese, é que nos últimos dez anos houve uma redução na quantidade de alunos no Estado. Em 2010 havia 929.144 estudantes matriculados na educação básica no Rio Grande do Norte, enquanto em 2020 tem apenas 780.674. Trazendo esse dado para a rede

estadual, na qual a redução foi mais acentuada, tem-se os seguintes dados: em 2010 havia 297.322 estudantes e em 2020, apenas 213.288.

A segunda, é a constatação de um número significativo de professores com dois vínculos, principalmente, nas redes municipais de ensino. Fato constatado em pesquisas in loco às escolas de todo Estado. Tais pesquisas são realizadas, anualmente, por ocasião do monitoramento da execução do Censo Escolar da Educação Básica. Por isso, mesmo havendo uma redução no número de professores, ocorreu um acréscimo no total de alunos matriculados nos municípios do estado. Indo de 318.344 estudantes em 2010 para 408.018, em 2020.

Esses dados também apontam um crescimento na quantidade de alunos na Rede Federal. Em 2010 havia 9.870 estudantes enquanto em 2020 aumentou para 12.800. Tal aumento pode justificar o crescimento no número de docentes nessa rede.

Vale salientar que nesse período ocorreram dois grandes concursos públicos com o objetivo de suprir vagas de professores já existentes e outras que viessem a surgir durante a validade dos concursos. Um deles aconteceu em 2011, e ofertou 2.900 vagas para o cargo de professor nos componentes curriculares de: Arte, Biologia e Ciências, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia e Pedagogia para os anos iniciais do Ensino Fundamental e 600 vagas para suporte pedagógico. O outro, em 2016. Este abriu 1.226 oportunidades para formação de cadastro reserva para cargos de provimento efetivo de Professor e 174 Especialistas em Educação para suporte pedagógico do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Estado do Rio Grande do Norte.

Conforme o Edital nº 001/2011 de 17 de outubro de 2011 e o Edital nº 001/2015 de 3 de novembro de 2015, ambos da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH) do RN, os dois concursos tinham como requisitos específicos e básicos para os candidatos às vagas do certame, o diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de licenciatura plena na área que pretendia atuar, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Sendo assim, os professores aprovados nos concursos e que eram convocados para suprir as vagas deixadas pelos aposentados ou falecidos que, possivelmente, não tinham curso superior, já entram contribuindo para a elevação do índice de docentes com curso superior, pois eram todos formados.

### **3.3. Função Docente da Rede pública com Curso Superior, por Modalidade e Etapas de Ensino, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2011 a 2020.**

Na sequência, cotejando as informações educacionais apresentadas pelas tabelas 03, 04, 05, 06 e 07, constata-se que o aumento no índice de professores com curso superior é observado em todas as modalidades de ensino (Ensino Regular, Educação de Jovens e Adultos-EJA e na Educação Profissional) e em todas as etapas de ensino. Embora tal crescimento esteja presente no quadro de docentes que atuam em todas as modalidades e etapas de ensino ofertadas pelo Estado, ele ocorre em números e percentuais diferentes em cada uma delas. Acareando os dados apresentados nas cinco tabelas citadas acima, percebe-se o real percentual de função docentes da rede pública com curso superior e sua evolução em cada modalidade/etapa de ensino no Rio Grande do Norte, no período de 2011 a 2020.

**Tabela 03 - Percentual de Função Docente da Rede pública com Curso Superior, na Educação Infantil, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2011 a 2020.**

ANO	FUNÇÃO DOCENTE COM CURSO SUPERIOR		
	Educação Infantil		
	TOTAL	Creche	Pré-Escola
2011	53,3	50,8	54,7
2012	58,2	57,7	58,6
2013	60,9	60,6	61,3
2014	64,7	63,4	65,6
2015	66,6	66,0	67,1
2016	68,5	68,1	68,8
2017	71,9	71,0	72,6
2018	74,1	72,0	75,5
2019	82,9	82,1	83,7
2020	84,5	83,5	85,0

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP.

Conforme tabela 03, em números relativos, a educação infantil foi a etapa de ensino que apresentou o maior percentual de crescimento no total de professores com curso superior. No período de (2011 a 2020) o total de docentes com curso superior nessa modalidade de ensino passou de 53,3% para 84,5%, ou seja, obteve um percentual de 31,2% de aumento. Sendo assim distribuído: 32,7% na creche e 30,3% na pré-escola. Porém, essas informações também indicam que em 2011, a educação infantil apresentou o menor índice de professor com curso superior (53,3%). Dessa forma, justifica-se o maior aumento no índice de formação docente em nível superior, pela maior necessidade dessa formação no quadro de professores que atuam na educação infantil.

Já no índice de crescimento de professores com curso superior, lecionando no ensino fundamental, tabela 04, observa-se uma variação bem acentuada entre os docentes que

ministram aulas nos anos iniciais e anos finais. Assim, do total de docentes com curso superior que atuam nessa etapa de ensino, ampliou-se em 10,4%. Sendo que nos anos iniciais teve um aumento de 15,9% e nos anos finais de apenas 5,7 % de docentes obteve a formação em nível superior. Porém, é importante destacar que essa etapa de ensino em 2011 apresentava uma taxa de 83,4, por isso teve o percentual de aumento de docentes menor. Mesmo assim, em 2020, ela obteve uma taxa maior 94,3%.

**Tabela 04 - Percentual de Função Docente da Rede pública com Curso Superior, no Ensino Fundamental, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2011 a 2020.**

ANO	FUNÇÃO DOCENTE COM CURSO SUPERIOR		
	Ensino Fundamental		
	TOTAL	Anos Iniciais	Anos Finais
2011	77,0	69,6	83,4
2012	81,2	76,5	85,3
2013	83,1	79,1	86,5
2014	85,2	82,8	87,4
2015	85,3	82,6	87,5
2016	85,5	82,5	88,0
2017	86,6	84,5	88,3
2018	87,4	85,5	89,1
2019	92,5	90,9	93,7
2020	93,3	92,0	94,3

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas - MEC/INEP

Acredita-se que o aumento maior aconteceu entre os docentes que ministram aulas nos anos iniciais, devido ser nessas etapas de ensino que apresentavam maior carência de formação em nível superior. Portanto, maior demanda de busca pela qualificação. E foi também no curso de pedagogia que as universidades e faculdades públicas e privadas ofertaram a maior quantidade de vagas através de políticas públicas como o programa nacional de formação de professores da educação básica.

No quadro de docentes que atuam no ensino médio houve uma variação inconstante durante o período de 2011 à 2020, tabela 05, com acréscimos e decréscimos no número de professores com curso superior. Mas, ao final do período mensurado, ocorreu um crescimento acanhado de 6,9%. Analisando bem, essas variações podem apontar inconsistências nos dados coletados em alguns desses anos, ou ainda, vacâncias que são preenchidas com as admissões pós concursos públicos.

**Tabela 05 - Percentual de Função Docente da Rede pública com Curso superior, no Ensino Médio, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2011 a 2020.**

ANO	FUNÇÃO DOCENTE COM CURSO SUPERIOR
	Ensino Médio
2011	91,6
2012	95,0
2013	96,6
2014	96,3
2015	96,3
2016	95,9
2017	96,3
2018	96,1
2019	98,2
2020	98,5

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas - MEC/INEP

Observa-se que após o concurso para cargo de docentes no final de 2011 para início de 2012, conforme o Edital nº 001/2011, o ano de 2012 já trouxe um aumento no percentual de docentes com curso superior e essa tendência de crescimento se manteve até 2015. Em 2016, surge um pequeno decréscimo, mas logo é superado com as admissões dos aprovados no concurso de 2015, conforme o Edital nº 001/2015.

**Tabela 06- Percentual de Função Docente da Rede pública com Curso Superior, na Educação de Jovens e Adultos, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2011 a 2020**

ANO	FUNÇÃO DOCENTE COM CURSO SUPERIOR
	EJA
2011	79,6
2012	83,9
2013	83,1
2014	83,2
2015	82,8
2016	84,3
2017	84,4
2018	86,7
2019	92,4
2020	92,4

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas - MEC/INEP

A tabela 06 apresenta o percentual de docentes que atuam na educação de Jovens e Adultos - EJA, na rede pública do RN. Nesta tabela percebe-se que apenas em 2015 há uma quebra de crescimento do índice de docentes com curso superior, o que também foi presente nas outras modalidades a nível médio (Regular e Profissional). E isso vem reforçar a hipótese de ter havido inconsistências nos dados coletados no referido ano. Mas, nos demais anos do

recorte pesquisado, nessa modalidade de ensino, o percentual de docentes com curso superior foi crescente, indicando, no final dos dez anos, um valor relativo de 12,8%.

Os percentuais da tabela 07 são referentes aos docentes que atuam na educação profissional, na rede pública. Nesta rede, a educação profissional é basicamente ministrada pelos Institutos Federais. E, assim sendo, o percentual de docentes com curso superior praticamente não varia ao longo dos dez anos, tendo em vista que os concursos para ingresso ao quadro de docentes dos IF, certamente, têm como requisitos não somente a comprovação de formação em nível de graduação, como também em pós-graduação.

**Tabela 07 - Percentual de Função Docente da Rede Pública com Curso Superior, na Educação Profissional, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2011 a 2020.**

ANO	FUNÇÃO DOCENTE COM CURSO SUPERIOR
	Educação Profissional
2011	99,0
2012	98,9
2013	100,0
2014	98,7
2015	95,6
2016	94,8
2017	99,0
2018	95,5
2019	99,7
2020	99,5

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas - MEC/INEP

No entanto, a partir de 2017, a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do RN, passou a ofertar também essa modalidade de ensino. Por isso, através das publicações feitas pelo Edital nº 001/2017-SEEC, Edital de 01/2018 e do Edital nº 001/2019, houve três Processos Seletivos Simplificados para composição de cadastro de reserva para contratação de Professor e Especialista Temporários, por tempo determinado de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, a fim de atender a necessidade excepcional de interesse público. Esses editais divulgavam vagas para as disciplinas das turmas de ensino regular, como também para atuarem na educação profissional nos seguintes cursos: administração, recursos humanos, informática, manutenção e suporte em informática, energia renovável, segurança do trabalho, guia de turismo, agroecologia, edificações, mineração, nutrição e dietética e meio ambiente. Tendo como um dos requisitos básicos possuir habilitação em curso superior, comprovada mediante diploma de conclusão expedido por instituição reconhecida oficialmente.

Em síntese, ao boquejar os dados dessas cinco tabelas, pode-se concluir que os maiores aumentos se deram no ensino regular, nas etapas de educação infantil e ensino fundamental. A primeira, aditando de 53,3% em 2011 para 84,5% em 2020, contabilizando um crescimento de 31,2% de professores com curso superior. A segunda, de 69,6% para 92,0%, totalizando 22,4% de crescimento no total de professores com curso superior, atuando no ensino fundamental, anos iniciais, no período pesquisado.

É provável, esse crescimento é resultante da implementação de políticas públicas nacionais de formação para professores nos municípios e, sobretudo, pelos pré-requisitos exigidos nos editais de concursos públicos e seleções para o profissional ocupar uma vaga de docente nessas redes de ensino.

### **3.4. Docentes da Educação Básica, Rede Pública, Ensino Fundamental e Médio, por adequação de Formação à disciplina que leciona, segundo Ano - Rio Grande do Norte – 2013 a 2020.**

Neste parágrafo serão exploradas as informações apresentadas na tabela 08 que, conforme nota técnica Nº 020/2014 publicada pelo MEC/INEP, traz os índices do indicador que classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica. A referida nota leva em consideração as normatizações nacionais vigentes. Os dados da tabela apontam o percentual de docência na respectiva unidade de agregação, classificada em cada uma das categorias do indicador. Vale salientar que, para a coleta dessa informação, o docente é contabilizado em cada turma e disciplina que leciona. Além disso, ele é classificado na categoria de adequação de formação docente em relação à disciplina que leciona, conforme os cinco grupos a seguir:

Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.

Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.

Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

Vale salientar que, em consonância com NOTA TÉCNICA Nº 4/2020/CGCQTI/DEED, que atualiza a metodologia de cálculo do Indicador de Adequação da Formação do

Docente, as etapas iniciais do Ensino Fundamental também foram consideradas para todas as disciplinas, exceto Língua/Literatura Estrangeira, a formação de Pedagogia - Licenciatura ou complementação pedagógica no componente curricular – áreas do conhecimento pedagógicas. Já para a classificação dos docentes no Grupo 3 do indicador, são considerados todos os docentes com formações em licenciatura (ou equivalente), mas que não estão ministrando disciplinas da sua área de formação original. Assim, são classificados nesse grupo todas as docências em disciplinas de professores com as formações especificadas, cuja relação entre disciplina e área de formação não se enquadra no Grupo 1. Ou seja, o professor tem licenciatura numa área e leciona em outra.

**Tabela 08 - Percentual de Docentes da Educação Básica, Rede Pública, Ensino Fundamental, por Grupo de adequação da Formação à disciplina que leciona, segundo Ano - Rio Grande do Norte – 2013 a 2020**

ANO	DOCENTES									
	Ensino Fundamental									
	Anos Iniciais					Anos Finais				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	73,0	0,6	4,1	1,3	21,0	39,2	0,6	41,9	4,0	14,3
2014	76,2	0,7	4,0	1,5	17,6	39,2	0,6	42,3	3,9	14,0
2015	76,2	0,7	3,8	1,4	17,9	39,7	0,6	42,3	3,5	13,9
2016	76,2	0,7	3,5	1,4	18,2	42,7	0,7	39,7	3,4	13,5
2017	78,5	0,8	3,5	1,4	15,8	44,0	1,0	38,5	3,5	13,0
2018	79,1	1,0	3,3	1,7	14,9	44,0	2,7	36,9	4,0	12,4
2019	76,1	10,1	3,3	1,2	9,3	49,9	3,2	33,9	6,1	6,9
2020	80,2	8,0	2,8	0,6	8,4	52,2	2,4	34,7	4,6	6,1

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Indicadores Educacionais - MEC/INEP

Assim, ao analisar os dados da tabela 8, observa-se que ela apresenta, no grupo 1 (Docentes com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica, na mesma área da disciplina que leciona.), um tímido crescimento de 73,0% em 2013 para 80,2% em 2020 nos anos iniciais e de 39,2% para 52,2% nos anos finais. Isso equivale a um acréscimo no número de professores formados dentro da área de atuação de 7,2% e 13% respectivamente. É um aumento positivo, porém muito pequeno.

No entanto, somando-se os percentuais dos grupos 2, 3 e 4, constata-se também que no ano de 2020 os dados de todo RN ainda apresentam um percentual de 11,4% de docentes sem a formação adequada a disciplina que lecionam nos anos iniciais e 41,7% nos anos finais do ensino fundamental. As informações da tabela 08 também mostram que ainda se encontra um

percentual de 8,4% nos anos iniciais e 6,1% nos anos finais de docentes sem formação em nível superior.

Em um estudo mais aprofundado, seria possível desvendar se esses altos índices de docentes com formação em área diferente da disciplina que leciona e do quantitativo de mais de 4.000 professores no Estado sem formação em nível superior, sejam fomentados pelos profissionais contratados temporariamente para suprir as vacâncias em disciplinas específicas como por exemplo matemática, física e química, nas redes municipais e estadual de ensino.

**Tabela 09 - Percentual de Docentes da Educação Básica, Rede Estadual, Ensino Fundamental, por Grupo de adequação da Formação à disciplina que leciona, segundo Ano - Rio Grande do Norte – 2013 a 2020**

ANO	DOCENTES									
	Ensino Fundamental									
	Anos Iniciais					Anos Finais				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	68,6	0,6	6,6	1,2	23,0	52,1	0,8	36,6	4,3	6,2
2014	76,9	0,8	6,4	1,3	14,6	51,9	0,8	36,8	4,6	5,9
2015	76,8	0,8	5,8	1,7	14,9	52,0	0,8	38,1	3,7	5,4
2016	78,3	0,8	4,7	1,7	14,5	61,1	1,0	29,4	3,6	4,9
2017	79,6	1,0	4,1	1,7	13,6	62,7	1,4	27,2	3,9	4,8
2018	81,6	1,3	3,0	3,3	10,8	62,7	5,4	21,6	5,2	5,1
2019	86,9	4,2	2,1	1,0	5,8	74,3	3,5	16,1	3,6	2,5
2020	93,7	1,0	1,6	0,4	3,3	80,4	2,2	12,8	2,3	2,3

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Indicadores Educacionais - MEC/INEP

No entanto, na rede estadual, tabela 9, observa-se uma situação mais confortável. Tanto nos anos iniciais, como nos anos finais há uma melhora nos índices de adequação da formação à disciplina que o docente leciona. Pode-se observar que no grupo 1 (Docentes com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica, na mesma área da disciplina que leciona.), um crescimento considerável de 68,6% em 2013 para 93,7% em 2020 nos anos iniciais e de 52,1% para 80,4% nos anos finais. Isso equivale a um acréscimo no número de professores formados dentro da área de atuação de 25,1% e 28,3% respectivamente. É um aumento considerável e positivo para a educação do Estado do Rio Grande do Norte.

**Tabela 10 - Percentual de Docentes da Educação Básica no Ensino Médio, Rede Estadual, por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona, segundo Ano – Rio Grande do Norte – 2013 a 2020.**

ANO	DOCENTES				
	Ensino Médio				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	56,4	1,1	34,1	4,6	3,8
2014	56,3	1,1	33,8	4,7	4,1
2015	57,1	1,1	33,2	4,3	4,3
2016	64,4	1,7	25,7	3,8	4,4
2017	65,9	2,1	23,4	3,9	4,7
2018	65,8	5,4	19,6	4,4	4,8
2019	77,5	4,0	13,5	3,2	1,8
2020	86,1	1,6	9,3	1,7	1,3

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Indicadores Educacionais do MEC/INEP

A tabela 10, apresenta a distribuição de docentes classificados pelos grupos do 1 ao 5, no ensino médio. No que diz respeito aos docentes com licenciatura ou bacharel com complementação pedagógica (grupo 1), os dados são mais ou menos equivalentes aos do ensino fundamental da rede estadual do RN. Melhorando o índice de professor com formação em nível superior em 29,7%. Sem dúvidas, grande parte desse aumento tão importante para a educação, tanto no ensino fundamental quanto no médio na rede estadual de ensino do RN, deve-se aos critérios preestabelecidos nos editais de concursos públicos para ingresso na rede.

Além do mais, destaca-se um percentual de 9,3% de professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona (grupo 3). Outro sim, a tabela indica um índice bem mais baixo de docente sem curso superior. No grupo 5 (Docentes sem formação superior) aponta uma variação desse índice no período pesquisado. No entanto, em 2020, essa porcentagem é de apenas 1,3%. Mas é um dado intrigante, tendo em vista se tratar do ensino médio. Nessa etapa de ensino, não deveria existir mais nenhum docente sem curso superior lecionando.

### **3.5. Docentes da Educação Básica na Rede Pública, por Situação Funcional e Regime de Contratação.**

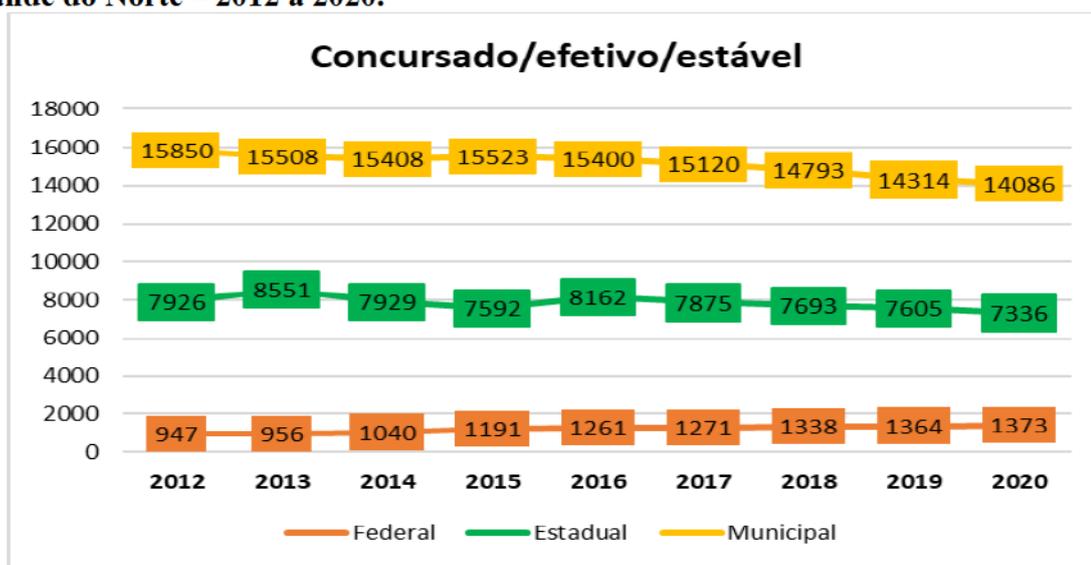
O quadro de professores do estado do Rio Grande do Norte é composto por docentes Concursados efetivos, contratados temporários, contratos CLT e contratos terceirizados.

Sendo os contratados por tempo determinado de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12, conforme o Edital nº 001/2017-SEEC, nº 01/2018-SEEC e do Edital nº 001/2019-SEEC.

Assim sendo, será analisado o número de docentes da educação básica na rede pública, conforme sua situação funcional e regime de contratação através de quatro gráficos que apresentam a distribuição de docentes por dependência administrativa das redes públicas federal, estadual e municipais do RN, no período de 2012 a 2020.

Ao cotejar as informações educacionais apresentadas no gráfico 02, podemos perceber que a rede municipal é a dependência administrativa que conta com o maior número de docentes em seu quadro, seguido da rede estadual e por último a federal. E, apesar de não haver uma variação que requeira destaque, mantém-se a tendência observada desde o início desta pesquisa. O estado e município têm uma discreta diminuição do número de docentes concursados, efetivados e estáveis em sua rede, enquanto a federal aumenta.

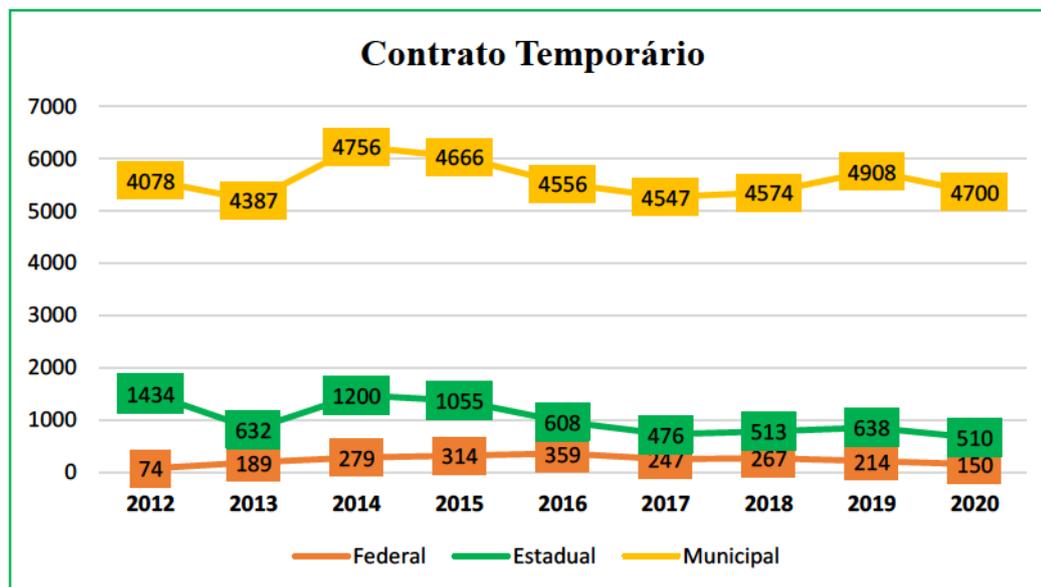
**Gráfico 02 - Número de Docentes Efetivos na Educação Básica, Rede Pública. Rio Grande do Norte – 2012 a 2020.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

Em todo Estado ainda ocorrem as contratações por tempo determinado realizadas através de processos seletivos, cujo números podem ser vistos nos gráficos a seguir. Essas contratações não frequentes e necessárias para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância, nas hipóteses previstas no art. 33 da Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, por afastamento, licenças e nomeação para ocupar cargo de direção, vice direção, coordenação administrativo-financeira e coordenação pedagógica.

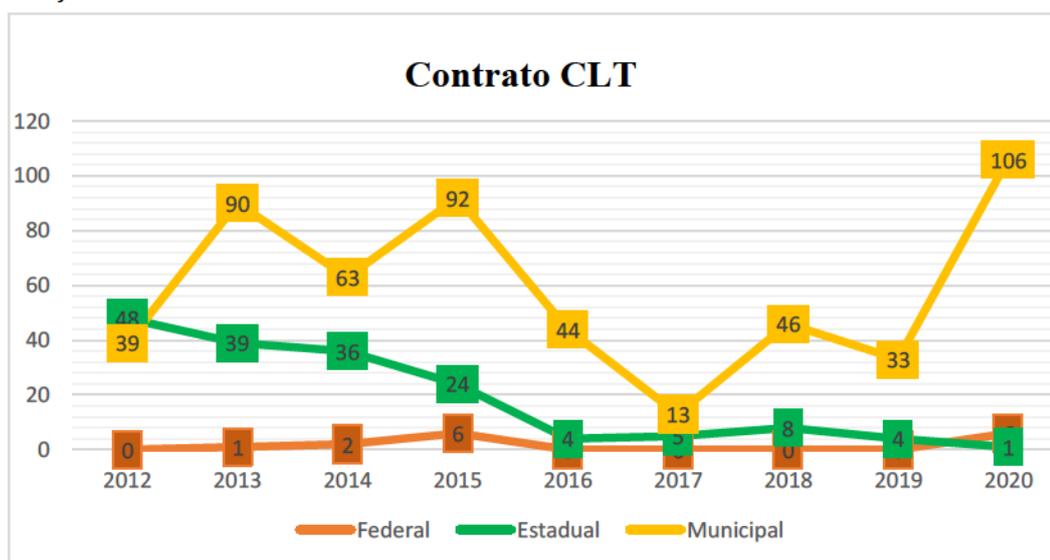
**Gráfico 03 - Número de Docentes da Educação Básica na Rede Pública, Regime de Contratação Temporário. Rio Grande do Norte – 2012 a 2020.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

Observando-se o número de docentes contratados (gráfico 03) atesta-se uma discreta oscilação constante, ano após anos, nas redes federal, estadual e municipais. Porém, tanto a quantidade como a variação no número de docentes contratados são maiores nas redes municipais. Mas, no período de 2012 a 2020, a redução no número de professores contratados só ocorreu no quadro de docentes da rede estadual.

**Gráfico 04 - Número de Docentes da Educação Básica na Rede Pública, por Regime de Contratação CLT. Rio Grande do Norte – 2012 a 2020.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

O gráfico 04 trata do número de docentes contratados em regime celetista. Esse tipo de contratação ocorre através de concurso público, mas com todas as regras da Consolidação das Leis do Trabalho –(CLT). Assim, conforme informações presentes no referido gráfico há uma oscilação acentuada e constante, ano após anos, principalmente, nas redes estadual e municipais. Porém, tanto a quantidade, a variação, quanto o aumento do número de docentes contratados nesse regime são maiores nas redes municipais. E a rede estadual apresenta uma redução expressiva no número de professores contratados, sobretudo nos últimos cinco anos.

### 3.6. Docentes da Educação Básica, por Sexo e Faixa Etária.

As duas tabelas a seguir trazem uma riqueza de informações. Elas apontam um crescimento na idade dos docentes em atividade no estado do Rio Grande do Norte no período de 2010 a 2020. Tal acréscimo se deu tanto no número de professores como de professoras.

**Tabela 11 – Número de Docentes do Sexo Feminino da Educação Básica, por faixa etária, segundo Ano - Rio Grande do Norte - 2010 a 2020**

ANO	DOCENTES							
	Feminino							
	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
2010	<b>26520</b>	1898	3434	8736	9088	2206	838	320
2011	<b>26299</b>	1603	3264	8723	9115	2337	926	331
2012	<b>26153</b>	1489	3165	8730	9002	2420	983	364
2013	<b>26066</b>	1452	3191	8679	8783	2546	1045	370
2014	<b>26554</b>	1355	3189	8762	8864	2786	1145	453
2015	<b>26232</b>	1246	3085	8541	8700	2929	1248	483
2016	<b>26068</b>	1237	3041	8685	8516	2911	1188	490
2017	<b>25389</b>	1113	2855	8428	8246	2978	1244	525
2018	<b>25191</b>	1035	2707	8242	8198	3109	1344	556
2019	<b>24962</b>	900	2554	8172	8159	3104	1474	599
2020	<b>24413</b>	720	2334	7755	8152	3120	1663	669

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

Na primeira (tabela 11), constata-se que, embora no total de professoras haja uma redução de 7,94% o que continuar nas faixas etárias (até 24 anos, – 62,06%); (de 25 a 29 anos, -32,03%); (de 30 a 39 anos, -11,22%); (de 40 a 49 anos, – 10,29%), nas últimas três faixas etárias da planilha, apresentam um aumento substancial no número de docentes com os seguintes percentuais: (de 50 a 54 anos, 41,43%); (de 55 a 59, 98,44%) e (de 60 ou mais, 109,06%).

Isso pode estar indicando que as professoras estão ingressando mais tarde no quadro de docentes do estado do Rio Grande do Norte, ou não estão conseguindo se aposentar no tempo que lhes é de direito. Dessa forma, podem estar ultrapassando o tempo de serviço necessário para a aposentadoria especial que é de 25 anos de docência como está prevista desde a Lei Orgânica da Previdência Social, em 26 de agosto de 1960.

Na segunda (tabela 12), vê-se que o número de professores no estado do RN é cerca de um terço do total de professoras.

Mas, no período que compôs o escopo dessa pesquisa, ao contrário do número de docentes do gênero feminino, houve um aumento de docentes do gênero masculino de 11,41%, em sua totalidade. Assim, apenas nas faixas etárias até 24 anos e de 25 a 29 anos houve redução no número de docentes num percentual de 60,0% e de 8,60%, respectivamente. Todavia, aumentou consideravelmente a quantidade de professores nas faixas etárias (de 30 a 39 anos, 14,90%); (de 40 a 49 anos, 15,10%), (de 50 a 54 anos, 35,0%); (de 55 a 59, 64,49%) e (de 60 ou mais, 119,72%). Em síntese, esses dados indicam um crescimento no número de docentes do gênero masculino no quadro do RN.

**Tabela 12 – Número de Docentes do Sexo Masculino da Educação Básica, por faixa etária, segundo Ano - Rio Grande do Norte. 2010 a 2020**

ANO	DOCENTES							
	Masculino							
	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
2010	<b>8331</b>	680	1186	2864	2331	740	383	147
2011	<b>8431</b>	571	1155	2898	2400	811	414	182
2012	<b>8318</b>	529	1176	2880	2283	801	441	208
2013	<b>8620</b>	567	1257	2957	2327	846	454	212
2014	<b>8845</b>	518	1398	2950	2372	912	452	243
2015	<b>8955</b>	509	1364	3016	2401	941	467	257
2016	<b>9237</b>	529	1405	3203	2424	912	496	268
2017	<b>9149</b>	481	1255	3250	2435	935	523	270
2018	<b>9315</b>	445	1267	3319	2491	966	550	277
2019	<b>9331</b>	368	1143	3383	2570	994	590	283
2020	<b>9282</b>	272	1084	3291	2683	999	630	323

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Sinopses Estatísticas do MEC/INEP

Na perspectiva de levantar o perfil do corpo docente do Rio Grande do Norte, embora a ênfase fosse a formação dos professores, fez-se necessário agregar outras características dos professores que compõem o quadro de docente do Estado. Isso, porque, à medida que ia tratando um dado surgia a necessidade de outra informação e, assim, com essa diversidade de

dados apresentada, certamente, oportunizou uma leitura bem mais ampla da composição do corpo docente deste Estado.

Por isso, foram elencados e discutidos ao longo deste artigo, vários aspectos referentes aos docentes do RN. Iniciando pela quantidade geral e por dependência administrativa; o nível de escolarização e formação acadêmica; a função docente com curso superior por modalidade e etapas de ensino na qual atua; a classificação do docente por adequação de sua formação com a disciplina que leciona; o tipo de vínculo empregatício por dependência administrativa de lotação e concluindo com a quantidade de docentes por gênero.

Todas essas informações contribuíram e proporcionaram o reconhecimento de que o quadro de docentes do Estado é composto por 33.695 professores. Que deste total, 99 têm apenas o ensino fundamental, 4.216 estudaram até o ensino médio, 26.513 cursaram uma licenciatura e 2.867 tem bacharel. Sendo assim, dos 33.695 professores do estado, 29.380 têm curso superior. Além disso, desses graduados, 13.316 fizeram especialização, 2.223 completaram o mestrado e 530 têm doutorado. Vimos ainda que do total 33.695 professores somente 9.282 são do gênero masculino, 24.413 femininos. Essa estatística também indicou que ainda há muitos contratos nos regimes temporário e celetista. Num estudo mais aprofundado poderia ser investigado se essas contratações estão relacionadas com a quantidade de docentes sem curso superior, ou lecionando em áreas diferentes de sua formação, principalmente, nas redes municipais de ensino.

#### **4. CONCLUSÃO**

A retrospectiva histórica, de 2010 a 2020, realizada neste estudo permite perceber a importância dos dados coletados e publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP através da coleta anual intitulada Censo Escolar da Educação Básica. Sem dúvidas, ao analisando esses dados, cria-se a possibilidade de retratar estatisticamente uma Escola, uma Rede de Ensino, um Município, um Estado e o País.

Ao aferir os indicadores de formação docente do Rio Grande do Norte, na educação básica, no período de 2010 a 2020, constata-se uma redução na quantidade de professores, mas um crescimento no índice de professores com curso superior lecionando em todas as modalidades e etapas de ensino. No entanto, quando se analisa o quadro de professores da educação básica do Estado, que têm curso superior, e relaciona esses dados ao percentual de docentes do indicador “Adequação de formação docente”, vê-se que ainda são necessárias outras políticas públicas direcionadas à formação de professores. Haja vista que existe um

déficit de especialistas em disciplinas específicas, ou seja, ou seja, ainda tem um número importante de docentes formados que atuam em área diferente de sua formação, pela vacância nesses componentes curriculares.

Nessa trajetória, com a colaboração de vários autores, foi possível entender a relevância e a necessidade de políticas direcionadas à formação inicial e continuada para os docentes de um modo geral. Pois, segundo Gatti e Barreto (2009), o que ainda se vê são projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores, que mesmo seguindo as referências nacionais, nem sempre se concretizam na prática. O que se vê nos cursos de licenciatura são disciplinas fragmentadas em horas-aulas e pouquíssima integração com as disciplinas pedagógicas.

De acordo com o CNE, as propostas pedagógicas construídas a partir das modificações curriculares, sobretudo baseada na nova BNCC, precisam vivificar a identidade do estudante, do professor e de todos os profissionais que atuam na escola como instrumento na construção da identidade da própria instituição de ensino.

Pois é na vivência curricular, no chão da escola, num formato mais amplo de currículo que o direito de aprender e o direito de ensinar se cruzam e, assim, constrói-se a identidade da escola com suas cores, suas dores e sua conquista da qualidade.

Ademais, outro aspecto de suma relevância e vivenciado quando da elaboração deste artigo, foi reconhecer o quadro de docentes do RN, do qual faço parte, mas que não conhecia suas características tão momentosas e importantes para o desenvolvimento educacional do Estado.

Nesse sentido, se possível, sugiro a continuidade dessa pesquisa para descortinar o impacto do crescimento do número de professores com curso superior nas taxas de rendimento e movimento do aluno cotejando os indicadores Taxas de Rendimento: Aprovado, Reprovados e Abandono, no Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional** RBPAE – v.27, n.1, p. 39-52, jan./abr. 2011

BRASIL/MEC. Parecer nº CNE/CP 009/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2001. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/cone/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em 06 de novo de 2020.

Brasil. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep 80 anos: 1937-2017/** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -- Brasília: Viva Editora, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa nº 9**, de 30 de junho de 2009. Institui o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Par for).

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica nº 020/2014**. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF: INEP, 21 de novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação-MEC. **Plano Nacional de Educação (PNE)** para o decênio 2014-2024.

CAMARGO, Arlete Mari Monte de. **As orientações Curriculares na formação de professores e as mudanças no campo discursivo**. In NETO, Antônio Cabral;

NASCIMENTO, Lima Vieira do; LIMA, Rosângela Novaes. (Orgs) **Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FRANÇA, M. **O financiamento da Educação Básica: do Fundef ao Fundeb**. Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais / Organizadores: Antônio Cabra Neto, [Et al]. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FRANÇA, M. **Os planos de cargos, carreira e remuneração (pccr)** dos docentes municipais de natal e estaduais do rn e o piso salarial nacional Disponível no site : <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0316.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2021

LIMA, A. A. A.; SOUSA, F. P. **Censo Escolar da Educação Básica: Uma referência para elaboração de políticas públicas e transferência de recursos para Educação Pública**. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 94-102, dez. 2014.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. **Marcos regulatórios nas políticas de formação e valorização docente pós-LDB**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n. 28, p. 149-174, jan./abr. 2012

MELO, Maria Teresa Leitão de. **Programas Oficiais para Formação dos Professores da Educação Básica**. Revista Educação e Sociedade, ano XX nº 68. Campinas, dez. de 1999

PONTES COSTA, Eduardo Antônio de. **Reflexões sobre a formação de professores: dilemas recorrentes e algumas questões em curso**. POLÊMICA, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 060 - 078, out. 2017. ISSN 1676-0727. Disponível no site: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/31043/21937>. Acesso em: 27 set. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Edital nº 001/2015 – SEARH – SEEC/RN**, de 3 de novembro de 2015. Disponível no site: [http://www.idecan.org.br/concursos/228/9\\_24112015082628.pdf](http://www.idecan.org.br/concursos/228/9_24112015082628.pdf). Acesso em 20 de fev. de 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. **Edital nº 001/2011 – SEARH – SEEC/RN**, de 17 de outubro de 2011. Disponível no site: [http://www.idecan.org.br/concursos/228/9\\_24112015082628.pdf](http://www.idecan.org.br/concursos/228/9_24112015082628.pdf). Acesso em 20 de fev. de 2021.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil**. 24ª Ed. Petrópolis -RJ. Editora Vozes, 2000.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2009. Vol.14, n. 40, pp. 143-155.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; FRANÇA, Magna. **Política de formação de professores: o PROBÁSICA – UFRN e a formação profissional**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 26, n. 12, p. 106-134, maio/ago. 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANE DO NORTE. **Relatório do Seminário de Avaliação do PROBÁSICA**. Natal. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANE DO NORTE **Relatório estadual da pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil**: Rio Grande do Norte. Grupo de Estudos Sobre Gestão, Trabalho e Política Educacional. Natal, 2010. Disponível no site: [https://gestrado.net.br/wcontent/uploads/2020/08/PesquisaDocumental\\_RioGrandeDoNorte.df](https://gestrado.net.br/wcontent/uploads/2020/08/PesquisaDocumental_RioGrandeDoNorte.df). Acesso em 20 de fev. de 2021.